

OFICINA -



**Mediação entre professores,
estudantes e o conhecimento.**

Hulda Soares

Dr^a Rita Rodrigues



Apostila



Colégio Melquiades V. de Oliveira



066- 98463-3619



**PRODUTO
EDUCACIONAL**
Material Didático Formativo

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO
NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☐ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☒ Produto Técnico e Educacional - Tipo: Oficina Pedagógica | |

Nome Completo do Autor: Hulda Soares dos Santos Maracaípes

Matrícula: 20231020280043

Título do Trabalho: Oficina – Mediação entre professores, estudantes e o conhecimento

Autorização - Marque uma das opções

1. ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
☐ Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Jataí, 19 de fevereiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **HULDA SOARES DOS SANTOS MARACAIPES**
Data: 19/02/2026 11:00:11-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO
NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☐ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☒ Produto Técnico e Educacional - Tipo: Oficina Pedagógica | |

Nome Completo do Autor: Rita Rodrigues de Souza

Matrícula: 1489393

Título do Trabalho: Oficina – Mediação entre professores, estudantes e o conhecimento

Autorização - Marque uma das opções

1. ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
☐ Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Jataí, 24 de fevereiro de 2026.



Documento assinado digitalmente
RITA RODRIGUES DE SOUZA
Data: 24/02/2026 10:49:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Hulda Soares dos Santos Maracaipes

Rita Rodrigues de Souza

OFICINA – MEDIAÇÃO ENTRE PROFESSORES, ESTUDANTES E O CONHECIMENTO

Produto Educacional vinculado à dissertação:

**ADAPTAÇÕES CURRICULARES PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL: UM ESTUDO DE CASO PARA MATEMÁTICA**

Didática em Matemática para Ensino Fundamental II.

Autorizo, para fins de estudo e de pesquisa, a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, em meio convencional ou eletrônico, desde que a fonte seja citada.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)

Maracaípes, Hulda Soares dos Santos.

Oficina – Mediação entre professores, estudantes e o conhecimento [manuscrito] / Hulda Soares dos Santos Maracaípes; Rita Rodrigues de Souza. - 2025.

xliv; 44 f.; il.

Produto Educacional (Mestrado) – Oficina Pedagógica – IFG – Câmpus Jataí, Programa de Pós – Graduação em Educação para Ciências e Matemática, 2025.

Vinculado à dissertação: Adaptações curriculares para estudantes com deficiência intelectual: um estudo de caso para matemática

Inclui referências.

1. Adaptação curricular. 2. Deficiência intelectual. 3. Educação inclusiva. 4. Ensino de Matemática. 5. Formação docente. I. Souza, Rita Rodrigues de. II. IFG, Câmpus Jataí. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Tratamento da Informação.

Bibliotecária – Rosy Cristina Oliveira Barbosa Sabino – CRB 1/2380 – Câmpus Jataí. Cód. F024/2026-1.

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Na presente data realizou-se a sessão pública de defesa da Dissertação intitulada **ADAPTAÇÕES CURRICULARES PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM ESTUDO DE CASO PARA MATEMÁTICA**, sob orientação de Rita Rodrigues de Souza, apresentada pela aluna **Hulda Soares dos Santos Maracaípes (20231020280043)** do Curso **Mestrado Profissional em Educação para Ciências e Matemática (Câmpus Jataí)**. Os trabalhos foram iniciados às **13:00** do dia **01/12/2025** pela Professora presidente da banca examinadora, constituída pelos seguintes membros:

- **Rita Rodrigues de Souza** (Presidente)
- **Sandra Regina Longhin** (Examinadora Interna)
- **Vanderlei Balbino da Costa** (Examinador Externo)

A banca examinadora, tendo terminado a apresentação do conteúdo da Dissertação, passou à arguição da candidata. Em seguida, os examinadores reuniram-se para avaliação e deram o parecer final sobre o trabalho apresentado pela aluna, tendo sido atribuído o seguinte resultado:

☒ Aprovado

☐ Reprovado

Nota :

Observação / Apreciações:

Título do produto educacional vinculado à dissertação: Oficina - Mediação entre professores, estudantes e o conhecimento

Proclamados os resultados pelo presidente da banca examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu **Rita Rodrigues de Souza** lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da banca examinadora.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Rita Rodrigues de Souza** (596.503.971-91), em **01/12/2025 16:12:47** com chave **b92a365ecce911f0ab4a005056a537a4**.
- **Sandra Regina Longhin** (036.626.318-81), em **01/12/2025 16:19:25** com chave **a628097ccee11f0bb80005056a537a4**.
- **Vanderlei Balbino da Costa** (384.795.241-20), em **01/12/2025 16:13:06** com chave **c470e22ecce911f0a143005056a537a4**.

Este documento foi emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Ata de Projeto Final

Data da Emissão: 02/12/2025

Código de Autenticação: 666466





SUMÁRIO

PRIMEIRO MÓDULO.....08

Educação na diversidade:
compreendendo a evolução histórica e a
fundamentação legal da Educação
Especial

SEGUNDO MÓDULO17

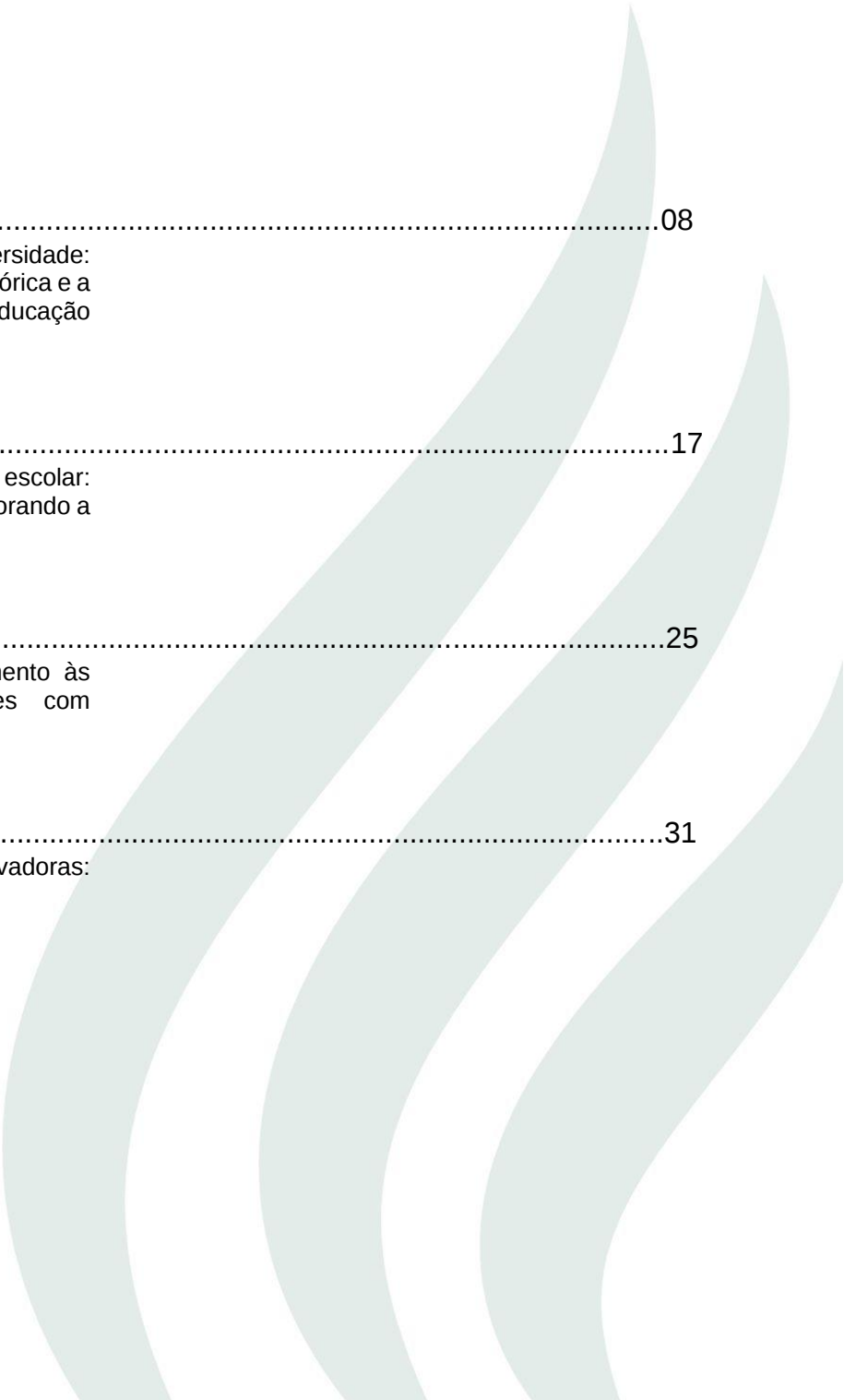
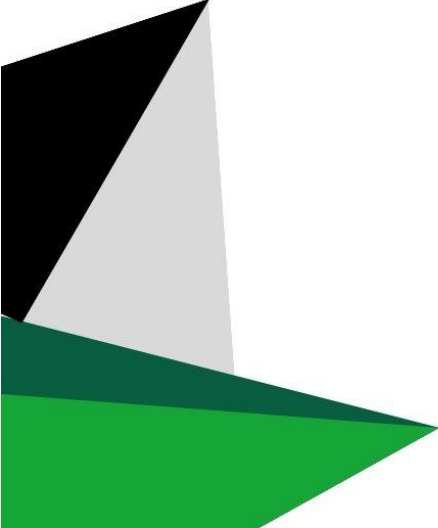
Inclusão do aluno no contexto escolar:
conhecendo o estudante e explorando a
escola inclusiva

TERCEIRO MÓDULO.....25

Abordagem lúdica no atendimento às
necessidades dos estudantes com
deficiência intelectual

QUARTO MÓDULO31

Práticas pedagógicas inovadoras:
adaptações curriculares





APRESENTAÇÃO

Caro(a) professor(a),

Este material compartilha os resultados de investigações realizadas durante o curso de Pós-graduação em Educação para Ciências e Matemática, com o apoio da Professora Doutora Rita Rodrigues de Souza. Os resultados culminaram na elaboração deste recompilado teórico e atividades para reflexão sobre a temática da oficina formativa “Mediação entre professores, estudantes e o conhecimento”.

A oficina que integra esta proposta aborda a adaptação curricular como uma ferramenta que viabiliza a personalização do ensino, atendendo às necessidades individuais dos alunos, fomentando a inclusão e garantindo acesso equitativo ao conhecimento, tornando-o mais relevante e significativo para todos os envolvidos no processo educativo. Tal abordagem parte da constatação da necessidade de uma linguagem pedagógica acessível e coesa, em consonância com a realidade docente e com os debates atuais que permeiam a prática educacional.

Observa-se, contudo, uma escassez de material em uma linguagem pedagógica acessível, como também de exemplos práticos, o que restringe a capacidade de desenvolver adaptações curriculares não apenas em Matemática, mas em qualquer conteúdo escolar. Esse déficit, por sua vez, compromete a oferta de orientações para estratégias de aprendizagem.

Reconhecemos a relevância da Matemática como Ciência no contexto acadêmico, bem como sua complexidade, especialmente para alunos que enfrentam desafios na assimilação do conteúdo devido à deficiência intelectual. Com o intuito de evidenciar a viabilidade da adaptação curricular, nossa principal meta nesta oficina é demonstrar que é possível adaptar o conteúdo da disciplina de Matemática para alunos com deficiência intelectual. Ao compreendermos pedagogicamente o estudante e seu processo de aprendizagem, somos capazes de conceber e planejar adaptações curriculares adequadas às suas especificidades.

Desejo boa leitura e aprendizagens.

PRIMEIRO MÓDULO – EDUCAÇÃO NA DIVERSIDADE: compreendendo a trajetória histórica e a fundamentação legal da educação especial

Caro(a) professor(a),

Este módulo foi elaborado com o intuito de proporcionar a você uma visão abrangente e reflexiva sobre a trajetória histórica da Educação Especial. Conhecer essa trajetória é fundamental para compreendermos os desafios que enfrentamos hoje e para valorizarmos as conquistas alcançadas.

Ao longo da história, pessoas com deficiência passaram por períodos difíceis de exclusão e segregação, em que eram vistas como incapazes, por isso, distanciadas dos espaços educacionais comuns. Sassaki (1997) destaca que a exclusão representou a atitude mais duradoura em relação a essas pessoas. Entender essa realidade histórica é importante para identificarmos práticas excludentes ainda presentes e para trabalharmos pela sua superação.

A partir do século XX, surgem iniciativas de integração, quando alunos com deficiência começaram a frequentar escolas comuns, embora ainda sem as necessárias adaptações pedagógicas. Somente nas últimas décadas, com a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), o conceito de inclusão escolar ganha força, destacando que a escola deve acolher todos os educandos, adaptando-se às suas necessidades.

Vygotski (2021) trouxe uma contribuição essencial ao afirmar que as limitações decorrentes de uma deficiência não são puramente biológicas, mas também sociais. Para ele, é crucial conhecermos não apenas a deficiência, mas principalmente a criança como um todo. Essa abordagem ressalta a importância do ambiente e das relações interpessoais no desenvolvimento das potencialidades de cada indivíduo.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e a legislação educacional subsequente fortalecem o compromisso com a inclusão, garantindo o atendimento educacional especializado nas escolas regulares. Contudo, os desafios permanecem. Vioto e Vitaliano (2019) ressaltam que a inclusão efetiva exige uma profunda mudança cultural e pedagógica nas escolas, para que essas se tornem capazes de acolher e ensinar respeitando as diferenças.

Professor, este módulo é um convite para refletir sobre sua prática diária. Você é peça fundamental na construção de uma escola mais inclusiva e justa. Que este conteúdo sirva não apenas como um conhecimento teórico, mas como inspiração para práticas transformadoras que garantam o direito à educação para todos os estudantes.

 OBJETIVOS:

- Compreender a trajetória histórica da Educação Especial, identificando as fases de exclusão, segregação, integração e inclusão;
- Analisar os fundamentos legais que embasam a Educação Especial e a inclusão escolar no Brasil;
- Refletir criticamente sobre o papel da escola e dos profissionais da educação na promoção de práticas inclusivas;
- Reconhecer a importância dos marcos legais e dos documentos internacionais como suporte à educação inclusiva;
- Estimular a construção de uma postura reflexiva e propositiva frente aos desafios da educação na diversidade.

 ORIENTAÇÕES PARA O ESTUDO DO MÓDULO I

- ✓ Leia com atenção os textos de apoio e os materiais complementares indicados. Eles oferecem a base teórica necessária para compreender o percurso histórico da Educação Especial e sua fundamentação legal.
- ✓ Reflita sobre sua própria prática educativa. Em quais aspectos sua escola ou sala de aula ainda reproduz práticas de exclusão ou integração? Quais mudanças seriam possíveis e necessárias?
- ✓ Participe ativamente dos encontros presenciais, contribuindo com questionamentos, relatos de experiência e escuta sensível às diferentes realidades apresentadas.
- ✓ Estabeleça conexões entre os conteúdos estudados e os documentos legais vigentes, como a Constituição Federal (1988), a LDB (Lei nº 9.394/96), a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Declaração de Salamanca (1994).
- ✓ Utilize esse módulo como base para os próximos, pois ele fornece o alicerce teórico que sustentará as discussões sobre práticas pedagógicas, adaptações curriculares e o atendimento às necessidades dos estudantes com deficiência.

☀ SENSIBILIZAÇÃO – PRIMEIRO MÓDULO

O IMPACTO DO(A) PROFESSOR(A) NA VIDA DO(A) ALUNO(A)

“Se uma criança não pode aprender da maneira que ensinamos, talvez devêssemos ensiná-la da maneira que ela aprende.”

Ignacio Estrada, educador norte-americano. (Apud Ferreira, 2017)

LEITURA INICIAL: A Carta do Professor de Thomas Edison para sua Mãe

Certo dia, Thomas Edison chegou em casa com um bilhete para sua mãe. Ele disse: “Meu professor me deu este papel para entregar apenas a você.”

Os olhos da mãe lacrimejaram ao ler a carta, e ela resolveu ler a carta em voz alta para seu filho: “Seu filho é um gênio. Esta escola é muito pequena para ele e não tem professores ao seu nível para treiná-lo. Por favor, ensine-o você mesma!”

Depois de muitos anos, Edison, já consagrado como um dos maiores inventores da história, encontrou essa carta em uma gaveta após o falecimento de sua mãe. Para sua surpresa, o conteúdo original dizia: “Seu filho é confuso e tem problemas mentais. Não vamos deixá-lo vir mais à escola!” Em lágrimas, Edison escreveu em seu diário: “Thomas Edison era uma criança confusa, mas graças a uma mãe heroína e dedicada, tornou-se o gênio do século.”

Edison registrou mais de 2.000 patentes, incluindo a lâmpada elétrica, o fonógrafo e o cinematógrafo. Ele também aperfeiçoou invenções como o telefone, a máquina de escrever e o aparelho de raio X, tornando-se um dos precursores da revolução tecnológica do século XX.

 Vídeo complementar: Acesse ou escaneie o QR code acima para assistir à dramatização da história.

<https://www.youtube.com/watch?v=TgseoLLSPAA>



Reflexão orientada

1. Como as palavras de um professor podem impactar o destino de um aluno?



2. Qual é o papel da persistência e da resiliência na busca pelo sucesso?



3. Até que ponto as expectativas das outras pessoas devem influenciar nossos objetivos e sonhos?



4. Como podemos cultivar um ambiente de apoio e incentivo para os jovens explorarem seu potencial máximo?



5. A história de Edison nos faz refletir sobre como as adversidades podem ser transformadas em oportunidades. O que essa história lhe inspira como educador?



TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

CONTEÚDO:

- Períodos históricos da Educação Especial: exclusão, segregação institucional, integração e inclusão;
- Concepções sociais sobre a deficiência ao longo dos séculos;
- Contribuições de teóricos como Vygotsky;
- Avanços dos marcos internacionais: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e Declaração de Salamanca (1994);
- Impacto das políticas públicas e movimentos sociais;
- Reflexão crítica sobre práticas educacionais atuais.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO:

A Educação Especial percorreu uma trajetória marcada por quatro grandes fases históricas: exclusão, segregação, integração e inclusão. Segundo Sassaki (1997), compreender essas etapas é fundamental para transformar o paradigma educacional e estruturar uma escola verdadeiramente inclusiva.

Na fase da exclusão, predominante até o século XIX, as pessoas com deficiência eram vistas como um fardo social e privado, sendo excluídas dos espaços escolares e sociais. “A exclusão foi a primeira e mais duradoura das atitudes da sociedade para com as pessoas com deficiência” (Sassaki, 1997, p.40).

A partir do século XX, inicia-se a fase da segregação, com o surgimento de instituições especializadas que, embora oferecessem algum atendimento, mantinham essas pessoas afastadas da escola comum. Já a fase da integração, entre as décadas de 1960 e 1980, marca o ingresso gradual dos estudantes com deficiência em escolas regulares, embora muitas vezes sem adaptações pedagógicas adequadas. É somente a partir da década de 1990, com documentos como a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), que se fortalece a inclusão das pessoas com deficiência (PcD).

Conforme a Declaração de Salamanca, “as escolas devem acomodar todos os alunos independentemente de suas condições físicas, intelectual, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (Unesco, 1994, p.6). Isso representa

uma mudança radical: não é o estudante que deve se adaptar à escolar, mas a escola que precisa se reorganizar para acolher todos os estudantes.

No campo da psicologia e pedagogia, a contribuição de Vygotski (2021) foi essencial ao defender que o desenvolvimento das crianças com deficiência está diretamente ligado à mediação social. “É importante conhecer não só o defeito que tem afetado a criança, mas que a criança tem tal defeito” (Vygotski, 2021, p. 104). Seu conceito de compensação social reforça a ideia de que a deficiência não é apenas um limite biológico, mas um fenômeno que se constrói na relação com o ambiente.

Essa evolução também se reflete no Brasil, com o fortalecimento das políticas públicas. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 208, Inciso III, garante “o Atendimento Educacional Especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988).

Apesar dos avanços, os desafios persistem. Ainda hoje, muitas práticas educacionais mantêm resquícios de exclusão ou integração assistencialista. Como afirmam, Vioto e Vitalino (2019, p. 54), “a inclusão escolar exige uma reestruturação em relação à cultura, à prática e às políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade dos alunos”.

Estudar a trajetória da Educação Especial não se trata, portanto, apenas um exercício de memória histórica, mas de um passo fundamental para compreender os desafios atuais e promover transformações práticas em prol de uma escola verdadeiramente inclusiva.



REFERÊNCIAS PARA LEITURA:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jul. 2024.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**, Brasília: UNESCO/MEC, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 19 maio 2024.

MARCOS LEGAIS E DOCUMENTOS REFERENCIAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

CONTEÚDO:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948);
- Declaração de Salamanca (1994);
- Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência (Guatemala, 1999);
- Constituição Federal do Brasil (1988), Artigo 208, Inciso III;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996);
- Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015);
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO:

O processo de consolidação da educação inclusiva está fortemente vinculado à construção de um arcabouço legal que garante o direito de todos à educação, independentemente de suas condições. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) afirma, em seu Artigo 26, que “toda pessoa tem direito à educação”. Esse marco internacional foi o ponto de partida para a garantia dos direitos educacionais de grupos historicamente marginalizados, incluindo as PcD.

A Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), promovida pela Unesco, é um divisor de águas na concepção da escola inclusiva. O documento afirma que “as escolas devem acomodar todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (Unesco, 1994). Essa perspectiva rompe com o modelo de integração assistencialista, colocando a responsabilidade da adaptação sobre a escola e não mais sobre o aluno.

No contexto latino-americano, destaca-se a Convenção da Guatemala (OEA, 1999), ratificada pelo Brasil em 2001, que reforça o compromisso dos países com a eliminação de todas as formas de discriminação contra as PcD.

No âmbito nacional, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em seu Artigo 208, Inciso III, estabelece como dever do Estado o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Contudo, é importante destacar que a expressão

“portadores de deficiência”, utilizada à época, não é mais adequada atualmente. A terminologia evoluiu para pessoas com deficiência (PcD), em conformidade com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada pelo Brasil com *status* de emenda constitucional por meio do Decreto nº 6.949/2009). Complementando esse princípio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) reafirma a necessidade de assegurar o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes com deficiência na escola comum.

Mais recentemente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) consolidou o paradigma da inclusão plena, estabelecendo, em seu Artigo 28, que é dever do poder público garantir educação de qualidade em todos os níveis de ensino, sem discriminação.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) propõe um novo modelo de atendimento educacional, sustentado na colaboração entre professores regentes e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com foco no desenvolvimento pleno e na participação ativa dos estudantes.

Esses documentos legais não são apenas textos normativos: são ferramentas de transformação social. Conhecer e aplicá-los no cotidiano escolar é papel fundamental de cada educador comprometido com os princípios da equidade, justiça e dignidade humana.



REFERÊNCIAS PARA LEITURA:

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, 2015.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Estatuto da Pessoa com Deficiência, Brasília, 2015.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** MEC/SEESP, 2008.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência.** Guatemala, 1999.

INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO REGULAR

CONTEÚDO:

- A concepção de integração escolar: características e limitações;
- A transição da integração para a inclusão escolar;
- Práticas e políticas educacionais no período de transição;
- O papel da escola comum na Educação Especial.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO:

A integração escolar, conceito difundido especialmente nas décadas de 1960 a 1980, representou um avanço frente às práticas de exclusão e segregação de estudantes com deficiência. Nesse modelo, alunos(as) com necessidades especiais começaram a ser inseridos em escolas regulares, mas, na maioria dos casos, sem que houvesse adaptações curriculares ou formação docente adequada.

A lógica predominante era a de que o aluno com deficiência deveria se adaptar ao ambiente escolar tradicional, e não o contrário. Essa abordagem limitava o acesso à aprendizagem de muitos estudantes, pois ignorava suas necessidades específicas e não promovia as transformações pedagógicas necessárias à sua permanência e ao seu desenvolvimento.

Segundo Stainback e Stainback (1999, p. 21), a integração “frequentemente resultava em um simples acesso físico ao ambiente escolar, sem que houvesse uma verdadeira participação dos alunos no processo de aprendizagem”. Evidenciava-se a diferença entre estar presente e estar efetivamente incluído.

Essa concepção passou a ser questionada a partir dos anos 1990, especialmente com a promulgação da Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), que propõe a inclusão escolar como princípio. A inclusão desloca o foco da deficiência para a escola e suas estruturas, exigindo dela reorganização curricular, didática e atitudinal, visando acolher todos os estudantes com equidade.

Nesse sentido, compreender a integração como uma etapa transitória

rumo à inclusão é essencial para analisarmos as práticas escolares atuais. Muitas escolas ainda operam sob o modelo integracionista, o que demanda formação continuada dos educadores, fortalecimento das políticas públicas e mudanças culturais profundas no ambiente escolar.



REFERÊNCIAS PARA LEITURA:

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Salamanca, 1994.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência, Brasília, 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008.

FERREIRA, Claudia. **Inclusão escolar**: repensando práticas e conceitos. São Paulo: Cortez, 2017.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência**. Guatemala, 1999.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca, 1994.

VIGOTSKY, L. S. **Fundamentos da Defectologia**. Madrid: Visor, 1995.

VIOTO, J. R. B.; VITALIANO, C. R. O papel da gestão pedagógica frente ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. **Dialogia**, n. 33, p. 47–59, 2019.

SEGUNDO MÓDULO: INCLUSÃO DO(A) ALUNO(A) NO CONTEXTO ESCOLAR – CONHECENDO O(A) ESTUDANTE

Neste segundo módulo da oficina “Mediação entre professores, alunos e o conhecimento”, propomos uma análise crítica sobre os fundamentos da inclusão escolar, com ênfase no conhecimento do aluno com deficiência intelectual e na construção de uma escola que valorize a diversidade. O processo de inclusão requer uma mudança de paradigma, que ultrapassa o simples acesso físico do estudante à escola e visa a sua plena participação e aprendizado. Segundo Artiles, Kozleski e Waitoller (2011), a inclusão escolar exige a transformação das práticas pedagógicas, curriculares e organizacionais para responder às diversas necessidades dos alunos.

Este módulo está estruturado em três eixos centrais: a abordagem da escola inclusiva, o uso do estudo de caso na prática educacional e o enfoque na deficiência intelectual na sala de aula. A escola inclusiva é aquela que rompe com o modelo homogeneizador e reconhece que todos os estudantes têm o direito de aprender em um ambiente que respeite suas singularidades. Mittler (2003) afirma que a verdadeira inclusão ocorre quando as escolas eliminam barreiras à participação e à aprendizagem, oferecendo suporte efetivo a todos os alunos.

O estudo de caso, por sua vez, é uma ferramenta metodológica que permite observar o aluno de forma contextualizada, considerando suas potencialidades e desafios. Yin (2015) destaca que o estudo de caso contribui para compreender fenômenos complexos e para o planejamento de práticas pedagógicas mais significativas. Ao enfocarmos a deficiência intelectual, buscamos desmistificar conceitos e refletir sobre as possibilidades de aprendizagem desses estudantes. De acordo com Fonseca (2005), o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem ocorrem desde que a escola ofereça condições adequadas, respeitando os limites e potencialidades de cada um. Espera-se que este módulo incentive práticas pedagógicas colaborativas, conscientes e transformadoras. A inclusão escolar, como nos lembra a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2008), é um direito que deve ser garantido por meio de ações articuladas entre professores, gestores, estudantes e famílias, promovendo o pertencimento e a equidade educacional.

Que este momento formativo seja também de reflexão ética, sensível e comprometida com a construção de uma escola para todos.

 OBJETIVO:

- Compreender o papel da escola inclusiva na promoção do direito à aprendizagem e à participação dos alunos com deficiência intelectual, por meio do estudo de casos, do reconhecimento das potencialidades dos estudantes e da análise crítica das práticas pedagógicas adotadas no cotidiano escolar.

 ORIENTAÇÕES PARA O ESTUDO DO MÓDULO II

Caro(a) cursista,

Este módulo foi planejado para estimular reflexões sobre a realidade vivida pelos estudantes com deficiência intelectual e os desafios enfrentados por educadores/as no processo de inclusão escolar. Para aproveitar ao máximo essa experiência de formação:

- Dedique um tempo à leitura atenta dos textos de apoio e complementares. Eles ajudarão a fundamentar teoricamente suas reflexões e práticas.
- Valorize o estudo de caso como instrumento de análise da realidade escolar. Ao analisar experiências concretas, você desenvolverá uma visão crítica e sensível, essencial para uma atuação pedagógica eficaz.
- Relacione os conteúdos com sua prática docente. Reflita: como sua escola lida com a diversidade? Que estratégias você tem utilizado ou pode aprimorar para incluir verdadeiramente seus estudantes?
- Participe ativamente dos momentos de discussão, troca de experiências e atividades propostas. O compartilhamento é uma poderosa ferramenta de aprendizagem.
- Tenha um olhar empático e comprometido com o desenvolvimento de todos os alunos. O processo de inclusão começa com a escuta e o respeito à singularidade de cada pessoa.

OBJETIVO:

Inclusão do aluno no contexto escolar: conhecendo o aluno e explorando a escola inclusiva

PROPÓSITO DA SENSIBILIZAÇÃO

Este momento tem como objetivo provocar uma reflexão profunda sobre a importância de olhar o aluno como sujeito pleno de saberes e experiências. O texto “Um repetente fala sobre currículo” revela como as escolas, muitas vezes, ignoram os saberes construídos fora do espaço escolar, desvalorizando os conhecimentos significativos para os estudantes e reforçando práticas excludentes.

LEITURA REFLEXIVA

Um repetente fala sobre currículo

(Autor desconhecido)

“Não sei por que a professora não gosta de mim. Na verdade, ela nunca me deu atenção. Parece que nunca acredita que a gente sabe alguma coisa, a não ser que a gente possa dizer o nome do livro onde aprendeu.”

Esse depoimento sensível revela a perspectiva de um aluno que, embora considerado “fracassado” pela escola, revela competências práticas, habilidades relacionais e uma intensa vontade de aprender – desde que respeitado em sua forma própria de se relacionar com o conhecimento.

A sensibilização deste módulo convida os professores a reconhecerem os diversos contextos culturais, familiares e comunitários dos estudantes como fontes legítimas de aprendizagem, valorizando o protagonismo de cada sujeito na construção de sua aprendizagem.

ATIVIDADE REFLEXIVA

1. O que esse texto nos revela sobre os saberes que a escola valoriza?
2. Que mudanças são necessárias para que o currículo dialogue com a realidade dos alunos?
3. Como promover a escuta ativa na sala de aula?
4. De que forma você, professor, pode ajudar um estudante como o personagem do texto a se sentir acolhido e reconhecido?
5. O que este texto te inspira a rever em sua prática pedagógica?

ABORDAGEM DA ESCOLA INCLUSIVA

CONTEÚDO:

- Princípios da escola inclusiva;
- Diferenças entre escola integradora e escola inclusiva;
- Elementos fundamentais para uma cultura inclusiva;
- O papel da escola na valorização da diversidade.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO:

A escola inclusiva é aquela que reconhece e valoriza a diversidade humana como um aspecto enriquecedor do processo educativo. Ao contrário do modelo integrador, em que o aluno com deficiência deve se adaptar à escola tal como ela é, a escola inclusiva propõe uma reorganização estrutural, pedagógica e relacional para garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos os estudantes.

A inclusão implica transformar sistemas educacionais para responder à diversidade, segundo Artiles, Kozleski e Waitoller (2011). Nesse sentido, a escola inclusiva é um espaço em constante reconstrução, onde a equidade, a justiça social e a participação de todos são princípios basilares.

Mittler (2003) reforça que a verdadeira inclusão acontece quando a escola é capaz de eliminar barreiras à aprendizagem e à participação, promovendo a valorização das diferenças e reconhecendo que todos os estudantes podem aprender, desde que lhes sejam dadas as condições adequadas. Essa abordagem requer mudanças na cultura escolar, com ênfase na formação docente, na flexibilização curricular e na criação de práticas pedagógicas que respeitem os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. A construção de uma escola inclusiva é um processo coletivo e contínuo, que envolve a gestão escolar, os professores, a comunidade e os próprios alunos.



REFERÊNCIAS PARA LEITURA:

ARTILES, A. J.; KOZLESKI, E. B.; WAITOLLER, F. R. **Inclusive education**: Examining equity on five continents. Harvard Education Press, 2011.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

ESTUDO DE CASO NA PRÁTICA INCLUSIVA

CONTEÚDO:

- Conceito e objetivos do estudo de caso;
- Importância do estudo de caso para compreender a inclusão escolar;
- Elementos a observar na análise de um caso real;
- A relação entre teoria e prática na educação inclusiva.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO:

O estudo de caso é uma estratégia metodológica valiosa para analisar de forma aprofundada a experiência de um aluno com deficiência no contexto escolar. Ele permite a observação de aspectos pedagógicos, sociais, emocionais e institucionais que interferem no processo de inclusão.

O termo estudo de caso é compreendido a partir da perspectiva psicopedagógica, entendida como instrumento de investigação que busca analisar as singularidades do estudante em seu processo de aprendizagem. Essa abordagem permite integrar dimensões cognitivas, afetivas e sociais, favorecendo tanto a compreensão das dificuldades quanto a proposição de estratégias de intervenção. Fundamenta-se na concepção histórico-cultural de Vygotski (2022), para quem o desenvolvimento ocorre por meio da mediação social em contextos concretos, o que reforça a importância de considerar o estudante em sua totalidade e nas interações que estabelece no ambiente escolar (Bossa, 2000; Weiss, 2004)

A prática inclusiva não se resume à presença do aluno em sala de aula; envolve o reconhecimento de suas potencialidades e a adaptação dos recursos, estratégias e conteúdo para que ele/ela possa se desenvolver plenamente. Nesse sentido, os estudos de caso devem estar fundamentados em um olhar ético, sensível e comprometido com os direitos educacionais.

Além disso, a análise de casos reais possibilita que os professores reflitam sobre suas próprias práticas, aprimorem sua atuação e compartilhem estratégias bem-sucedidas com os colegas, promovendo um ambiente de aprendizagem colaborativa e transformadora.



REFERÊNCIAS PARA LEITURA:

BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, R. G.; PRIETO, R. G. **Educação inclusiva**: dos fundamentos à prática. Campinas: Autores Associados, 2017.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

WEISS, M. L. **Psicopedagogia clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

ENFOCANDO A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA SALA DE AULA

CONTEÚDO:

- Conceito e características da deficiência intelectual;
- Possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) com deficiência intelectual;
- Adaptações curriculares e estratégias pedagógicas inclusivas;

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO:

A deficiência intelectual é caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, que se manifestam antes dos 18 anos de idade e afetam habilidades conceituais, sociais e práticas (AAIDD, 2010). Apesar dessas limitações, os estudantes com deficiência intelectual são capazes de aprender, especialmente quando são utilizadas metodologias e estratégias pedagógicas adequadas ao seu ritmo e estilo de aprendizagem.

A escola precisa assumir uma postura inclusiva e acolhedora, de acordo com Fonseca (2005), planejando ações pedagógicas que favoreçam a autonomia, o protagonismo e o desenvolvimento das potencialidades desses alunos. A flexibilização curricular e o uso de recursos didáticos adaptados são essenciais para garantir o acesso ao conhecimento e à participação ativa na sala de aula.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha papel fundamental no apoio à inclusão dos alunos com deficiência intelectual, ao promover o desenvolvimento de habilidades funcionais, cognitivas, comunicacionais e sociais, em articulação com os conteúdos trabalhados na sala de aula comum.

O(a) professor deve atuar como mediador do conhecimento, sendo sensível às necessidades dos seus alunos ao promover práticas pedagógicas inovadoras que respeitem a diversidade e valorizem os diferentes modos de aprender. O trabalho colaborativo entre professores, família e equipe pedagógica é indispensável para o sucesso da inclusão escolar.



REFERÊNCIAS PARA LEITURA:

AAIDD – American Association on Intellectual and Developmental Disabilities. **Definição oficial de deficiência intelectual**. 2010.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008.

FONSECA, V. **Psicopedagogia da Aprendizagem**: desenvolvimento cognitivo e as dificuldades de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2005.

REFERÊNCIAS

AAIDD – American Association on Intellectual and Developmental Disabilities. **Definição oficial de deficiência intelectual**. 2010.

BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ARTILES, A. J.; KOZLESKI, E. B.; WAITOLLER, F. R. **Inclusive education**: Examining equity on five continents. Harvard Education Press, 2011.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008.

FONSECA, V. **Psicopedagogia da Aprendizagem**: desenvolvimento cognitivo e as dificuldades de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, R. G.; PRIETO, R. G. **Educação inclusiva**: dos fundamentos à prática. Campinas: Autores Associados, 2017.

PEDAGOTECA. Um repetente fala sobre o currículo. **Pedagoteca**: uma biblioteca digital de Pedagogia, 2017. Disponível em: <https://pedagotecafurg.blogspot.com/2017/11/um-repetente-fala-sobre-o-curriculo.html>. Acesso em: 29 fev. 2024.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VYGOTSKI, L. S. **Obras completas: tomo V – fundamentos de defectologia**. Tradução do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). Cascavel, PR: Edunioeste, 2022. 488 p.

WEISS, M. L. **Psicopedagogia clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

TERCEIRO MÓDULO: ABORDAGEM LÚDICA NO ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Caro professor,

Seja bem-vindo ao terceiro módulo da oficina “Mediação entre professores, alunos e o conhecimento”. Neste módulo, vamos refletir sobre o papel do lúdico como estratégia pedagógica essencial no processo de inclusão dos estudantes com deficiência intelectual.

O brincar, entendido como uma linguagem simbólica e comunicativa da infância, possui papel fundamental na construção do conhecimento e no desenvolvimento das habilidades cognitivas, motoras e sociais. Vygotski (2022, p. 125) afirma que "no brinquedo, a criança sempre se comporta além do seu comportamento habitual", indicando que o jogo é um espaço privilegiado de aprendizagem e desenvolvimento. Nessa perspectiva, as atividades lúdicas favorecem a mediação entre o professor e o aluno, criando oportunidades para aprendizagens significativas.

A proposta deste módulo é apresentar aos professores recursos e estratégias lúdicas que contribuam para a construção de um ambiente escolar inclusivo, que respeite as diferenças e possibilite a participação ativa de todos. Como destaca Carvalho (2011), a prática pedagógica inclusiva exige sensibilidade, escuta e criatividade, e o lúdico pode ser uma ponte entre o conteúdo escolar e a vivência do aluno com deficiência.

A sensibilização por meio do curta-metragem “Cuerdas” (2013) será um ponto de partida para refletirmos sobre o poder das atitudes docentes na transformação do ambiente escolar, mostrando que a inclusão começa pela postura acolhedora e inventiva do educador.

Esperamos que este módulo incentive o uso de metodologias mais dinâmicas e afetivas, promovendo um ensino que valoriza a diversidade e respeita os diferentes modos de aprender. Que este momento seja de troca, reflexão e fortalecimento da prática docente rumo a uma educação verdadeiramente inclusiva.

Boa jornada!

**OBJETIVO:**

- Proporcionar aos professores reflexões teóricas e práticas sobre o uso do lúdico como ferramenta pedagógica no processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência intelectual, incentivando a criação de estratégias inclusivas baseadas na valorização do brincar como linguagem de mediação e expressão, respeitando as singularidades de cada estudante.

**ORIENTAÇÕES PARA O ESTUDO DO MÓDULO III**

Neste módulo, convidamos você a refletir sobre o valor do lúdico na prática pedagógica inclusiva. As brincadeiras e os jogos, quando intencionalmente planejados, são ferramentas poderosas para estimular a aprendizagem, a comunicação e a interação dos alunos com deficiência intelectual.

Siga estas orientações para melhor aproveitar os estudos:

- Leia com atenção os textos teóricos e os materiais complementares sugeridos;
- Reflita sobre as possibilidades de incorporar atividades lúdicas em sua sala de aula;
- Explore as experiências retratadas no curta-metragem “Cuerdas” como ponto de partida para pensar sobre afetividade e inclusão;
- Compartilhe suas experiências, dúvidas e descobertas com os colegas durante os encontros formativos;
- Experimente adaptar jogos e dinâmicas às necessidades de seus alunos, valorizando o potencial criativo de cada um.

A aprendizagem significativa acontece quando há envolvimento emocional, prazer e desafio cognitivo. O lúdico nos oferece tudo isso – e muito mais – quando mediado por um educador sensível, criativo e comprometido com a inclusão.

✿ SENSIBILIZAÇÃO – TERCEIRO MÓDULO

Para iniciar as reflexões sobre o papel do lúdico na educação inclusiva, propomos a exibição do curta-metragem “Cuerdas” (2013), dirigido por Pedro Solís García. O filme retrata a amizade entre uma menina e um menino com deficiência, evidenciando a força do afeto, da empatia e da criatividade como pontes para o processo de inclusão.

O uso de recursos sensíveis, como filmes e narrativas inspiradoras, é uma poderosa ferramenta de sensibilização. Segundo Vygotski (2022, p. 114), “é na interação com o outro que o sujeito internaliza conhecimentos, valores e atitudes”, o que reforça o papel do professor como mediador das experiências que contribuem para a formação integral do aluno.

A história apresentada em “Cuerdas” é um convite para refletirmos sobre como atitudes simples, mas intencionais, podem transformar o cotidiano escolar em um espaço verdadeiramente inclusivo. A ludicidade, representada pelas brincadeiras criadas pela personagem principal, revela-se como uma poderosa estratégia de mediação entre o conteúdo escolar e o universo do aluno com deficiência.



Assista ao curta-metragem:



https://www.youtube.com/results?search_query=cuerdas+em+portugues



REFLITA SOBRE AS QUESTÕES A SEGUIR:

1. Como a personagem principal utiliza a ludicidade para interagir com seu colega?
2. De que forma a escola pode tornar-se um ambiente mais sensível às necessidades dos alunos com deficiência?
3. Quais atitudes da personagem demonstram respeito e escuta ativa às singularidades do outro?
4. Como o afeto pode ser aliado da inclusão escolar?
5. De que maneira você pode incorporar estratégias lúdicas e inclusivas no seu cotidiano pedagógico?

A sensibilização é um passo essencial no processo formativo do(a) educador(a). O curta “Cuerdas” demonstra que a inclusão se constrói com pequenos gestos e com a disposição de olhar o outro em sua totalidade. Como aponta Oliveira (2013, p. 58), “a afetividade e o respeito à diversidade devem estar na base de toda proposta pedagógica que se pretenda inclusiva”

DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS LÚDICOS PELOS PROFESSORES



CONTEÚDO:

- A importância do lúdico na educação de estudantes com deficiência intelectual;
- Tipos de recursos lúdicos e suas aplicações pedagógicas;
- Planejamento e criação de jogos, atividades e materiais adaptados;
- O papel do professor como mediador do brincar e da aprendizagem.



DESENVOLVIMENTO TEÓRICO:

A utilização de recursos lúdicos no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual favorece a construção do conhecimento de maneira significativa, dinâmica e acessível. O lúdico permite ao aluno explorar, experimentar, comunicar-se e aprender de forma prazerosa e interativa.

Kishimoto (2007) afirma que “o jogo não é apenas um passatempo, mas uma forma de expressão, de aprendizagem e de desenvolvimento cognitivo e social da criança”. Isso é ainda mais relevante quando se pensa na inclusão escolar, pois o brincar pode ser um elo entre as necessidades específicas do aluno e os objetivos pedagógicos.

O professor, ao planejar atividades lúdicas, deve considerar a singularidade dos alunos, suas potencialidades e suas limitações, adaptando materiais e criando ambientes de aprendizagem mais inclusivos. Como reforça Oliveira (2013, p. 64), “o professor é responsável por organizar situações de ensino que respeitem a diversidade dos estudantes, utilizando diferentes estratégias e recursos”.

Os recursos lúdicos podem incluir jogos educativos, contação de histórias, materiais táteis, músicas, dramatizações e tecnologias assistivas. Sua função não é apenas motivar, mas possibilitar o acesso ao conhecimento de forma diferenciada e atrativa.



REFERÊNCIAS PARA LEITURA:

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 1995.

KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 2007.

OLIVEIRA, M. A. **Metodologias Ativas e Educação Inclusiva**. Curitiba: Editora Positivo, 2013.

INCORPORAÇÃO DAS BRINCADEIRAS E JOGOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS(AS) ALUNOS(AS)

CONTEÚDO:

- O papel das brincadeiras no desenvolvimento cognitivo, social e emocional;
- Jogos e atividades lúdicas como instrumentos pedagógicos na educação inclusiva;
- Estratégias para adaptar jogos às necessidades de alunos com deficiência intelectual;
- Planejamento de práticas lúdicas inclusivas.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO:

A ludicidade, quando inserida intencionalmente no planejamento pedagógico, favorece o desenvolvimento integral dos estudantes, especialmente daqueles que apresentam deficiência intelectual. As brincadeiras e jogos permitem explorar conteúdos escolares por meio de atividades que despertam a curiosidade, promovem a interação e incentivam a construção de conhecimentos de forma significativa.

Vygotsky (2022, 125) declara que “no brinquedo, a criança sempre se comporta além do seu comportamento habitual da vida cotidiana; no brinquedo, é como se ela estivesse uma cabeça acima de si mesma”. Esse processo é essencial para o avanço na zona de desenvolvimento proximal e para a mediação de novas aprendizagens.

Os jogos adaptados às características dos estudantes com deficiência podem potencializar habilidades cognitivas, motoras, afetivas e sociais, ao mesmo tempo em que promovem a autoestima e o sentimento de pertencimento. Como destaca Kishimoto (2011, p. 107), “o jogo educativo é uma forma de organizar a aprendizagem de forma lúdica, permitindo ao aluno aprender com prazer e significado”.

É papel do professor selecionar ou criar jogos que estejam alinhados aos objetivos pedagógicos, considerando o perfil dos alunos e buscando promover a participação de todos. Brincadeiras simples podem ser adaptadas com materiais acessíveis e inclusivos, tornando a experiência educacional mais justa e estimulante para todos.



REFERÊNCIAS PARA LEITURA:

- BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 1995.
- KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo e educação**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- VYGOTSKI, L. S. **Obras completas: tomo V – fundamentos de defectologia**. Tradução do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). Cascavel, PR: Edunioeste, 2022. 488 p.

REFERÊNCIAS

- BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 1995.
- CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva com Qualidade: o desafio de todos nós**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- OLIVEIRA, M. A. **Metodologias Ativas e Educação Inclusiva**. Curitiba: Editora Positivo, 2013.
- KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 2007.
- VYGOTSKI, L. S. **Obras completas: tomo V – fundamentos de defectologia**. Tradução do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). Cascavel, PR: Edunioeste, 2022. 488 p.

APRESENTAÇÃO DO QUARTO MÓDULO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS: ADAPTAÇÕES CURRICULARES

Caro professor,

Seja bem-vindo ao Módulo IV da nossa formação, um espaço especialmente pensado para refletirmos juntos sobre os caminhos possíveis na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Neste momento da nossa jornada, voltamos o olhar para um dos pilares fundamentais da inclusão: as adaptações curriculares.

Sabemos que ensinar em contextos diversos requer sensibilidade, flexibilidade e compromisso ético com o direito à aprendizagem de todos os alunos. Por isso, este módulo foi cuidadosamente elaborado para apoiar você, professor, no planejamento de estratégias pedagógicas inovadoras e eficazes, que respeitem a singularidade de cada estudante.

As adaptações curriculares não devem ser vistas como exceções ou concessões, mas como parte integrante de uma prática educativa que reconhece as diferenças como potencialidades. Segundo Heredero (2010), adaptar o currículo é reconhecer que as pessoas aprendem de formas distintas. Também segundo o autor, o currículo, para ser equitativo, precisa ser maleável e acessível.

Mais do que modificar conteúdos ou reduzir expectativas, adaptar significa reorganizar os objetivos, os métodos e os recursos de ensino de forma ética, planejada e comprometida com o sucesso escolar de todos. Como aponta a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), “as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”.

Neste módulo, você será convidado a repensar suas práticas pedagógicas com base em estudos de caso, propostas de adaptação e exemplos concretos de inclusão. Exploraremos como planejar atividades acessíveis, como flexibilizar estratégias avaliativas e como integrar recursos didáticos de forma criativa e funcional no dia a dia escolar.

Que este módulo seja uma oportunidade de renovação da sua prática docente, com inspiração, fundamentação e coragem para transformar a sala de aula em um espaço em que todos os estudantes, sem exceção, possam aprender, participar e se desenvolver plenamente. Boa caminhada!

**OBJETIVO:**

- Compreender a importância das adaptações curriculares como estratégias pedagógicas inclusivas que garantem o acesso, a participação e o progresso de todos os alunos, especialmente daqueles com deficiência intelectual, promovendo práticas inovadoras e flexíveis no contexto da escola regular.

**ORIENTAÇÕES PARA O ESTUDO DO MÓDULO IV**

Neste módulo, propomos a você um olhar atento sobre o processo de adaptação curricular, compreendendo-o como uma prática ética, pedagógica e inclusiva. A adaptação curricular, longe de ser uma simplificação do conteúdo, é uma forma de garantir que todos os estudantes tenham acesso, participação e aprendizado significativo, respeitando suas singularidades e potencialidades.

Siga estas orientações para melhor aproveitar os estudos:

- Leia com atenção os textos teóricos e os documentos legais que embasam a prática da adaptação curricular;
- Reflita sobre como as adaptações podem transformar desafios em possibilidades dentro de sua sala de aula;
- Analise os exemplos de propostas de adaptação curricular presentes neste módulo e pense em como aplicá-los em seu contexto;
- Registre em seu caderno de anotações suas dúvidas, descobertas e possíveis ações a serem implementadas;
- Participe ativamente das discussões e trocas durante os encontros presenciais, pois a construção coletiva enriquece a prática docente.

Adaptar o currículo é um ato de coragem e sensibilidade. É reconhecer que todos os estudantes têm direito ao conhecimento e que, para isso, o professor precisa estar disposto a ressignificar suas estratégias. Que este módulo seja mais um passo em sua caminhada rumo a uma educação mais justa, acolhedora e transformadora.

☀ SENSIBILIZAÇÃO – QUARTO MÓDULO

“Quando se ensina com o coração, adaptações não são exceções, mas pontes para a aprendizagem de todos.”

(Inspirado em Heredero, 2010)



Antes de aprofundar os conceitos e estratégias das adaptações curriculares, propomos uma pausa para refletir sobre o papel humano do educador frente à diversidade na sala de aula.

Neste módulo, convidamos você a assistir à reportagem “Por que preciso de óculos?” (Rocha, 2023), que, embora trate da importância do uso correto de lentes, metaforicamente nos convida a pensar sobre a importância de adequar nossos recursos pedagógicos às necessidades de cada estudante. Assim como os óculos corrigem dificuldades visuais, as adaptações curriculares podem transformar obstáculos em possibilidades reais de aprendizagem.



Acesse o QR code e reflita:

💬 Propostas de Reflexão

1. Quais são os sinais que indicam a necessidade de adaptação curricular para determinado estudante?
2. Como garantir que a adaptação curricular seja eficaz e contribua para a permanência e o sucesso escolar?
3. Qual o papel do professor regente na mediação de saberes e na construção de estratégias que assegurem a participação de todos/as?
4. Em que medida adaptar o currículo é um ato de justiça social?
5. Que desafios pessoais você vivencia ao adaptar atividades pedagógicas para alunos com deficiência?

IMPLEMENTAÇÃO DE ADAPTAÇÕES CURRICULARES SIGNIFICATIVAS

CONTEÚDO:

- Conceito e importância das adaptações curriculares significativas;
- Tipos de adaptações: objetivos, conteúdo, metodologia, avaliação e recursos;
- Planejamento colaborativo e individualizado;
- Etapas práticas de construção da adaptação com base em estudo de caso real.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO:

A implementação de adaptações curriculares significativas é uma ação pedagógica que visa assegurar o direito à aprendizagem dos/as estudantes com deficiência intelectual, por meio de ajustes pedagógicos que considerem suas singularidades. Esses ajustes não representam a diminuição da exigência pedagógica, mas sim a promoção da equidade educacional. Segundo Sacristán (2000, p. 16), “o currículo é um instrumento de poder que pode incluir ou excluir, dependendo da forma como é estruturado e executado”.

Adaptar o currículo é torná-lo acessível, de acordo com Glat e Blanco (2007, 932), sem desvalorizar seus objetivos: “A adaptação curricular é uma estratégia pedagógica para viabilizar a aprendizagem de alunos com necessidades educacionais específicas, assegurando sua participação em igualdade de condições”.

As adaptações podem ser de conteúdo, quando se ajusta o que será ensinado; de objetivos, quando se redefine o que o aluno deve alcançar; de metodologia, quando se altera a forma de ensinar; ou de avaliação, ao modificar como o aprendizado será verificado. O ponto central está em manter o currículo significativo e funcional, sem desconsiderar o potencial do estudante (Mendes, 2006).

Mendes (2006) explica que as adaptações podem incidir sobre o conteúdo, os objetivos, a metodologia, os recursos ou a forma de avaliação, respeitando as singularidades dos alunos e preservando os princípios do

ensino de qualidade, tais como a equidade, a adaptação curricular, o respeito à diversidade, a aprendizagem significativa e a inclusão educacional.

A construção dessas adaptações deve ser feita de forma colaborativa entre o professor regente, o profissional de AEE, a equipe gestora e, sempre que possível, a família. Esse processo requer sensibilidade, escuta ativa e observação constante das interações e produções dos estudantes. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) ressalta que tais ações devem promover a autonomia, o desenvolvimento das competências e o protagonismo do aluno com deficiência.

Implementar adaptações significativas é, portanto, um compromisso ético e pedagógico com a inclusão escolar e a valorização das potencialidades de todos os alunos.

As estratégias abordadas incluíram o uso de perguntas norteadoras, como: “O que o aluno deve aprender? Como e quando deve aprender? E como será avaliado?” (Brasil, 1998). A partir dessas reflexões, pode ser estruturado um roteiro de adaptação curricular com base nas experiências com o estudante com deficiência intelectual.



ETAPAS PRÁTICAS – PASSO A PASSO DA ADAPTAÇÃO CURRICULAR

1. Diagnóstico pedagógico: coleta de informações sobre o estudante por meio de observações, avaliações e documentos diagnósticos.
2. Mapeamento das potencialidades e dificuldades: com base nas observações dos docentes e dos registros escolares, identificar o ponto de partida do aluno.
3. Definição de objetivos adaptados: estabelecimento de metas de aprendizagem condizentes com as capacidades do aluno, respeitando os objetivos do currículo.
4. Escolha de estratégias e recursos pedagógicos: utilização de materiais concretos, jogos, imagens e estímulos sensoriais.
5. Planejamento do tempo e espaço: adequação de tempo e agrupamentos flexíveis conforme as necessidades do aluno.
6. Adaptação da avaliação: aplicação de formas diferenciadas de avaliação, como portfólios, registros orais ou atividades práticas.
7. Acompanhamento e replanejamento: monitoramento contínuo do progresso e ajustes nas estratégias pedagógicas conforme a resposta do aluno.

Heredero (2010, p. 198) complementa: “A adaptação curricular deve ser compreendida como uma estratégia pedagógica para atender à diversidade e não como exceção.”



REFERÊNCIAS PARA LEITURA:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares**. Brasília: MEC/SEF, 1999.

COSTA, J. A. C. et al. **Adaptação curricular: inclusão e práticas pedagógicas**. Curitiba: Appris, 2024.

GLAT, R.; BLANCO, R. A escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 925–946, set. 2007.

HEREDERO, E. A escola inclusiva e as estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 30, p. 193-203, 2010.

MENDES, E. G. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: o papel da formação de professores. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 19, n. 30, p. 503–520, 2006.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CONSTRUÇÃO DE AULAS ADAPTADAS E SUA APLICAÇÃO

CONTEÚDO:

- Princípios do planejamento inclusivo;
- Etapas para a construção de uma aula adaptada;
- Ferramentas e recursos pedagógicos acessíveis;
- Aplicação prática das adaptações em diferentes disciplinas;
- Avaliação do processo e dos resultados.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO:

Planejar aulas adaptadas constitui um compromisso ético e pedagógico, com valorização da diversidade e promoção da equidade no processo de ensino-aprendizagem. Adaptar o currículo não significa simplificá-lo, mas tornar a aprendizagem acessível a todos os alunos, considerando suas diferenças, ritmos e estilos de aprendizagem.

A construção de aulas adaptadas requer o reconhecimento das singularidades dos estudantes com deficiência intelectual e o engajamento dos profissionais da educação em práticas pedagógicas que promovam a aprendizagem significativa. Conforme Heredero (2010, p. 196), adaptar o currículo implica reorganizar metodologias, estratégias, conteúdos e formas de avaliação, assegurando que todos os estudantes tenham a oportunidade de alcançar os objetivos propostos, mesmo que por caminhos diferenciados: “As adaptações curriculares propõem a modificação do currículo comum com base nas características e nas necessidades específicas do aluno, mantendo, no entanto, sua vinculação ao currículo geral”.

Essa reorganização exige refletir sobre o que ensinar, como ensinar, quando ensinar e como avaliar, articulando os conteúdos escolares às necessidades específicas de cada estudante. A proposta formativa apresentada nesta oficina está ancorada na perspectiva histórico-cultural de Vygotski (2021), que reconhece a interação social e a mediação pedagógica como elementos centrais no processo de aprendizagem.

“É a participação na cultura que cria esse espaço-tempo interativo a partir do qual nos constituímos subjetivamente” (Vygotski, 2021, p. 11).

Glat e Pletsch (2013) reforçam que o planejamento colaborativo entre os diferentes profissionais da escola — professores da sala comum, profissionais de apoio, gestores, coordenadores e professores do AEE — potencializa práticas inclusivas, favorecendo a escuta ativa, a coautoria e o compartilhamento de estratégias pedagógicas: “A construção coletiva do planejamento e da adaptação promove práticas pedagógicas mais inclusivas” (Glat; Pletsch, 2013, p. 136).

Silva (2007) acrescenta que a corresponsabilidade entre os profissionais da escola é condição essencial para consolidar a inclusão de forma efetiva e garantir o desenvolvimento global dos estudantes.

Nesse sentido, a construção de uma aula adaptada começa com o conhecimento aprofundado do estudante – suas potencialidades, barreiras, dificuldades e preferências. Com base nisso, o professor define os conteúdos prioritários, os objetivos de aprendizagem possíveis e as estratégias mais adequadas, que podem incluir materiais concretos, recursos visuais, jogos didáticos e tecnologias assistivas.

A avaliação, por sua vez, deve ser contínua, processual e compatível com as condições reais do estudante, buscando valorizar seus avanços e trajetórias individuais, em vez de compará-lo a seus pares.

Como apontam Glat e Pletsch (2010), a construção de propostas inclusivas efetivas exige abertura à reflexão crítica, escuta sensível e mediação pedagógica ativa. Dessa forma, a aula adaptada não é uma exceção ou um recurso pontual, mas sim uma expressão concreta de um currículo comprometido com a aprendizagem de todos.

PLANEJAMENTO DE AULA ADAPTADA: ETAPAS E ESTRATÉGIAS PARA PRÁTICA INCLUSIVA

A construção de aulas adaptadas é um processo que exige intencionalidade pedagógica, planejamento colaborativo e sensibilidade às necessidades dos estudantes com deficiência. A proposta abaixo orienta o cursista sobre como organizar uma aula inclusiva passo a passo, com base em referenciais teóricos e práticas pedagógicas.

1. Acolher e Contextualizar

Inicie a aula com uma situação-problema vinculada ao cotidiano dos estudantes. Apresente oralmente e no quadro branco um desafio simples, como uma questão matemática, uma narrativa curta ou uma pergunta reflexiva. Envolver toda a turma na resolução inicial.

Para o estudante com deficiência intelectual, adapte a mesma situação utilizando recursos concretos e visuais (como tampinhas, cartões, objetos coloridos). Permita que ele manipule e experimente as possibilidades antes de registrar qualquer resposta. Essa ação ativa a Zona de Desenvolvimento Proximal, conforme Vygotski (2021), e favorece a construção significativa do conhecimento.

“O desenvolvimento ocorre na interação com o outro, mediado por instrumentos culturais. A aprendizagem é um processo social” (Vygotski, 2022, p. 11).

2. Apresentar o Conceito

Explique o conteúdo da aula para a turma de forma clara e objetiva. Utilize o quadro, exemplos visuais e linguagem acessível. Explore mais de uma forma de apresentar o conceito (oral, visual, gráfico, simbólico).

Para o estudante com deficiência, traduza a explicação em representações simbólicas ou visuais (figuras, cores, objetos) e use linguagem concreta. Se possível, associe imagens a palavras ou números. Heredero (2010) defende que a adaptação curricular deve preservar o sentido e os objetivos do conteúdo, mesmo ao modificar a forma de ensiná-lo.

“As adaptações curriculares devem modificar os meios de ensino e avaliação, respeitando as necessidades e o ritmo do estudante, mas mantendo sua vinculação ao currículo geral” (Heredero, 2010, p. 196).

3. Propor Atividades e Mediar

Ofereça atividades práticas no caderno, no quadro ou em material impresso. Oriente a turma a resolver os exercícios individualmente ou em grupo.

Para o estudante com deficiência intelectual, proponha as mesmas atividades de forma adaptada. Utilize materiais manipuláveis, como blocos, tampinhas, cartões com números grandes, ou símbolos que favoreçam a visualização e o raciocínio. Estimule a resolução concreta antes do registro escrito.

Durante a mediação, valorize cada resposta, incentive a participação e ajuste o ritmo conforme necessário.

“A mediação do professor é fundamental para que o aluno com deficiência alcance os objetivos de aprendizagem” (Costa; Picharillo; Elias, 2016, p. 149).

4. Avaliar com Flexibilidade

Realize uma avaliação formativa, observando o processo de aprendizagem, e não apenas o resultado. Permita diferentes formas de resposta: oral, por imagens, gestos ou escrita assistida. Observe como o estudante organiza o pensamento e expressa sua compreensão.

Essa abordagem está em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que recomenda adaptações de avaliação para assegurar o direito à aprendizagem (Brasil, 2008).

“A adaptação curricular deve ser parte essencial do processo educativo, não um recurso excepcional” (Costa, 2016, p. 9).

5. Refletir e Replanejar

Após a aula, reflita sobre os avanços e desafios enfrentados pelo(a) estudante com deficiência. Registre observações, compartilhe com o(a) professor(a) de AEE e com a equipe escolar. Replaneje com base nas evidências observadas.

A prática inclusiva se fortalece na escuta, na coautoria e na corresponsabilidade docente (Silva, 2007). Trabalhar de forma colaborativa ampliará as possibilidades de aprendizagem para todos.

“A construção coletiva do planejamento e da adaptação promove práticas pedagógicas mais inclusivas” (Glat e Pletsch, 2013, p. 136).



REFERÊNCIAS PARA LEITURA:

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

► Documento orientador das práticas inclusivas no sistema educacional brasileiro, essencial para compreender os princípios legais das adaptações curriculares.

COSTA, D. A. **Adaptação Curricular: estratégias de ensino para inclusão.** Campinas: Autores Associados, 2016.

► Obra que apresenta fundamentos teóricos e práticos para adaptar conteúdos escolares com base na realidade dos(as) alunos(as) com deficiência.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **A escola inclusiva: o que o professor tem a dizer?** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

► Livro que discute a inclusão a partir da perspectiva dos docentes, abordando estratégias para tornar o ensino mais acessível.

HEREDERO, R. S. **A adaptação curricular.** Porto Alegre: Penso, 2010.

► Fundamenta as adaptações como reorganização metodológica do currículo comum, respeitando os diferentes estilos de aprendizagem.

VYGOTSKI, L. S. **Fundamentos do desenvolvimento da criança.** São Paulo: Edições Loyola, 2021. (Obras escolhidas; v. 5).

► Apresenta a base da teoria sociocultural e da mediação pedagógica, fundamentais para a compreensão da aprendizagem de alunos(as) com deficiência.

SILVA, M. A. Educação inclusiva e práticas pedagógicas. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 28, p. 351-367, 2007.

► Artigo que discute práticas docentes inclusivas e o papel do professor na adaptação pedagógica.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

► Referência clássica na área da inclusão escolar, com orientações práticas para o planejamento e implementação de aulas adaptadas.

INTEGRAÇÃO DE PRÁTICAS SOCIAIS NO AMBIENTE EDUCACIONAL

CONTEÚDO:

- Compreensão da escola como espaço de interação e construção social;
- Valorização das experiências dos alunos como ponto de partida para a aprendizagem;
- Estratégias para promover o pertencimento, a colaboração e o protagonismo;
- Práticas pedagógicas que integram o conhecimento formal com as vivências sociais.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO:

A escola, enquanto espaço de formação integral, deve promover interações sociais significativas que favoreçam não apenas a aprendizagem acadêmica, mas também o desenvolvimento pessoal e social dos estudantes. A integração de práticas sociais no ambiente educacional reforça o princípio de que todos os sujeitos aprendem em contextos socioculturais específicos, sendo a interação com o outro um elemento central na construção do conhecimento.

O desenvolvimento cognitivo ocorre, segundo Vygotski (2021), primeiramente, no plano social (interpsicológico) e, posteriormente, no plano individual (intrapsicológico), sendo a mediação social elemento chave para a internalização de saberes. Assim, incluir práticas sociais no cotidiano escolar é ampliar as oportunidades de desenvolvimento para todos, especialmente para os estudantes com deficiência intelectual.

Nesse contexto, práticas pedagógicas que envolvem dinâmicas em grupo, projetos interdisciplinares, jogos cooperativos, atividades culturais, situações-problema e rodas de conversa, entre outras, possibilitam o exercício da empatia, da escuta, da cooperação e do respeito às diferenças. Tais práticas também contribuem para o fortalecimento do vínculo entre alunos e professores, promovendo um ambiente mais acolhedor e propício à inclusão.

Como destacam Stainback e Stainback (1999), a inclusão não se resume à presença física do aluno com deficiência na sala de aula comum, mas pressupõe sua efetiva participação nas experiências escolares compartilhadas.

Isso exige do professor sensibilidade para acolher as vivências dos alunos e capacidade de planejar situações didáticas que favoreçam o envolvimento de todos.

Além disso, as práticas sociais no ambiente escolar podem (e devem) ser integradas ao currículo, conectando os conteúdos formais à realidade dos estudantes. A educação torna-se, assim, mais significativa, contextualizada e humanizada. Como afirmam Glat e Pletsch (2013, p. 137), “a inclusão requer, antes de tudo, mudanças nas práticas pedagógicas, baseadas em valores de cooperação e solidariedade”.

Integrar práticas sociais no cotidiano da escola é, portanto, fortalecer a formação de sujeitos críticos, autônomos e comprometidos com a transformação da realidade, promovendo aprendizagem com sentido e pertencimento.



REFERÊNCIAS PARA LEITURA:

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

► Documento oficial que orienta as redes de ensino quanto à construção de ambientes educacionais inclusivos e socialmente integrados, com base na valorização da diversidade.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. **A escola inclusiva: o que o professor tem a dizer?** Rio de Janeiro: WAK Editora, 2013.

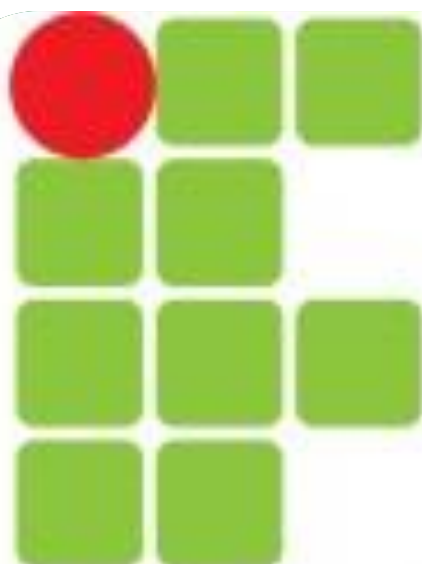
► Reúne experiências e percepções de professores sobre a inclusão escolar, abordando a importância da integração entre práticas sociais, currículo e convivência.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos do desenvolvimento da criança**. São Paulo: Edições Loyola, 2021. (Obras Escolhidas; v. 5).

► Apresenta os fundamentos da teoria histórico-cultural, ressaltando o papel das interações sociais no processo de aprendizagem e no desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

REFERÊNCIAS

- BLANCO, R.; PLETSCHE, M. D. (org.). **Educação inclusiva: pesquisas e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Temas Transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- COSTA, C. F. R.; PICHARILLO, L. F.; ELIAS, M. F. Práticas pedagógicas inclusivas no ensino da matemática para alunos com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 1, p. 143–160, jan./abr. 2016.
- COSTA, D. A.; PICHARILLO, E. A.; ELIAS, M. M. Aprendizagem da Matemática para alunos com deficiência intelectual: estratégias e mediação. In: GLAT, R.; BLANCO, R.; PLETSCHE, M. D. (org.). **Educação inclusiva: pesquisas e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.
- COSTA, D. A. **Adaptação curricular: estratégias de ensino para inclusão**. Campinas: Autores Associados, 2016.
- GLAT, R.; BLANCO, R. A escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 925–946, 2007.
- GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. Formação de professores para a educação inclusiva: reflexão e práticas em construção. In: GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. (org.). **Educação inclusiva: a formação dos profissionais da educação e os desafios da escola inclusiva**. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2010. p. 119-141.
- GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. **A escola inclusiva: o que o professor tem a dizer?** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.
- MENDES, E. G. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: o papel da formação de professores. **Revista Educação Especial**, v. 19, n. 30, p. 503–520, 2006.
- HEREDERO, E. S. **A atenção à diversidade na educação: o desafio da adaptação curricular**. Porto Alegre: Penso, 2010.
- HEREDERO, E. S. **Adaptações curriculares**. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- SELAU, B. P.; ORTIZ, J. A.; POZZOBOM, A. C. Deficiência intelectual e funções psíquicas superiores: uma análise a partir da teoria histórico-cultural. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, 2008.
- SILVA, M. A. Educação inclusiva e práticas pedagógicas. **Revista Educação em Questão**, v. 28, p. 351-367, 2007.
- STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- VYGOTSKI, L. S. **Fundamentos do desenvolvimento da criança**. São Paulo: Loyola, 2021.



**INSTITUTO
FEDERAL**

GOIÁS

Câmpus Jataí